

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO CRCRS 12/2012

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, entidade de fiscalização do exercício profissional contábil, criado pelo Decreto-Lei nº 9.295/46, com sede na Rua Baronesa do Gravataí nº 471, Porto Alegre, RS, torna público a todos os interessados, realização do Pregão Eletrônico nº 12/2012, do tipo menor preço, para aquisição do objeto abaixo mencionado, que se regerá pela Lei nº 8.666/93, pela Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 6.204/07, Decreto nº 5.450/05, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

Contratação de tecnologia para transmissão de áudio e vídeo através da Internet, destinada à implantação de Rádio e TV, conforme especificações contidas no Anexo I deste Edital.

SERVIÇOS CONTEMPLADOS

Licença de uso	Licença para uso do software de propriedade da contratada.
Instalação	Serviço de configuração da conta da contratante no servidor, que envolve criação e adaptação do layout ao padrão visual, criação do modelo de cada player e instalação do software na máquina servidor.
Implantação	Serviço de desenvolvimento, usuários, testes do sistema e demais configurações que se façam necessárias para a entrega do produto.
Treinamento	Treinamento presencial ou remoto utilizando software de comunicação na internet para os operadores da contratante utilizar a área administrativa do sistema.
Manual	Manual do usuário final e manual do usuário administrador, inteiramente em Português do Brasil, entregue em mídia digital (CD, DVD, e-mail ou Pendrive).
Suporte técnico	Suporte técnico remoto 24x7, sendo em dias úteis através de e-mail e telefone.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A empresa vencedora do certame deverá entregar, através de meio digital (PDF, DOC, RTF, etc.), para o email crcrs@crcrs.org.br, em até 3 horas após o final do processo licitatório, um documento contendo a comprovação de atendimento de cada um dos requisitos do ANEXO 1

do Termo de referência e também o Manual do usuário final e Manual do usuário administrador.

Isso visa garantir para a licitante que a solução sendo adquirida atende a todos os requisitos do edital em sua versão atual e servirá de documento auxiliar para a licitante avaliar se a solução atende a todos os requisitos.

2. DO LOCAL DO PREGÃO, DATA, HORÁRIO E INFORMAÇÕES

- a) DATA: 14/08/2012;
- b) RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 10h00min, do dia 14/08/2012;
- c) ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 10h10min, do dia 14/08/2012;
- d) INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 15h00min do dia 14/08/2012.
- e) LOCAL DO EDITAL: Nos sites: www.crcrs.org.br e www.pregaoonlinebanrisul.com.br
- f) CONSULTAS: e-mail: marcio@crcrs.org.br c/c para clarice@crcrs.org.br, fone/fax:(51) 3254.9400.
- g) Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado;
- h) Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;
- i) Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF);
- j) Será comunicada, por escrito, aos Licitantes que retirarem o Edital e divulgada aos demais pelos mesmos meios de divulgação inicial, qualquer alteração que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos;
- k) Em nenhuma hipótese serão recebidos Propostas fora do prazo estabelecido neste Edital.

3. DO TIPO DE LICITAÇÃO E REGIME DE CONTRATAÇÃO

3.1 – Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO (POR LOTE)**.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderá participar deste **PREGÃO** qualquer empresa legalmente estabelecida no País, do ramo pertinente ao objeto descrito no item 1, cadastradas e habilitadas junto a Seção de Cadastro da CELIC e que atendam as exigências deste Edital.

4.2 – Não poderá participar do presente **PREGÃO**:

- a) Consórcio de empresas, sob nenhuma forma;
- b) Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

- c) Empresa que se encontre sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação;
 - d) Conselheiros, Delegados, empregados do Sistema CFC/CRCs e qualquer pessoa, física ou jurídica, que com eles mantenham vínculo empregatício ou de sociedade;
 - e) Cônjuges e parentes, até terceiro grau, de Conselheiros, Delegados e empregados do CRCRS;
 - f) Pessoa jurídica integrada por cônjuges e ou parentes, até terceiro grau, de Conselheiros, Delegados e empregados do CRCRS;
- 4.3 – A participação na presente licitação implica para a empresa Licitante a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste Edital e de seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 4.4 – A licitante para participar do certame deverá declarar em campo eletrônico o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação prevista no edital.
- 4.5 – O não atendimento do item acima ensejará a desclassificação da proposta no sistema, com automático impedimento da participação na disputa.
- 4.6 – A participação dos interessados, no dia e hora fixados no preâmbulo deste Edital, dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços com valores unitários e totais, exclusivamente por meio eletrônico.
- 4.7 – A informação de dados para acesso deve ser feita na página inicial www.pregaoonlinebanrisul.com.br.
- 4.8 – No presente feito licitatório somente poderá se manifestar, em nome da Licitante, a pessoa por ela credenciada.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 5.1 – Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do **PREGÃO**.
- 5.2 – Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 5.3 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

6. CREDENCIAMENTO

- 6.1 – O credenciamento dos licitantes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema obtidos junto à Seção de Cadastro da Central de Licitações do Estado – CELIC.

- 6.2 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 6.3 – O credenciamento e sua manutenção no respectivo cadastro dependerá de registro cadastral na CELIC.
- 6.4 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à PROCERGS ou ao CRCRS responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 6.5 – A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicados imediatamente à Seção de Cadastro CELIC, para imediato bloqueio de acesso.

7. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

- 7.1 – CERTIFICADO de Registro Cadastral – CRC, emitido pela CELIC válido na data para apresentação das propostas.
- 7.1.1 – Caso algum dos documentos elencados no corpo do CRC esteja com prazo de validade expirado, o licitante deverá apresentar documento válido juntamente com o CRC.
- 7.2 – **DECLARAÇÃO** da proponente de que não pesa contra si declaração de INIDONEIDADE expedida por órgão da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer esfera (conforme modelo ANEXO II), caso não conste no Certificado de Registro Cadastral.
- 7.3 – **Certidão da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) ou Declaração** de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo no ANEXO III, caso não conste no Certificado de Registro Cadastral.
- 7.4 – Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, ou alteração consolidada, quando sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhadas de posse e nomeação de seus administradores. Registro comercial, no caso de empresa individual.
- 7.5 – **Atestado/Declaração que comprove aptidão para o fornecimento pertinente e compatível com o objeto do pregão**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 7.6 – **Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico** adequados e disponíveis para a realização do objeto deste certame.
- 7.7 – Em caso de ser a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte e quiser utilizar-se dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06, regulamentada pelo Decreto nº 6.204/07, **Declaração**, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, conforme o ANEXO V do presente Edital.

7.8 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

7.9 – No caso da empresa não possuir o Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela CELIC, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

7.9.1 - Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, ou alteração consolidada, quando sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhadas de posse e nomeação de seus administradores. Registro comercial, no caso de empresa individual.

7.9.2 – CNPJ;

7.9.3 - DECLARAÇÃO da proponente de que não pesa contra si declaração de INIDONEIDADE expedida por órgão da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA de qualquer esfera (conforme modelo ANEXO II).

7.9.4 - Certidão da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) ou Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo no ANEXO III.

7.9.5 – Certidão Negativa de Falência e Concordata;

7.9.4 – Certidão Negativa de FGTS, em vigor na data da abertura das propostas;

7.9.5 – Certidão Negativa do INSS, em vigor na data da abertura das propostas;

7.9.6 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais), em vigor na data da abertura das propostas;

7.9.7 – Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, em vigor na data da abertura das propostas;

7.9.8 – Certidão da Fazenda Estadual, em vigor na data da abertura das propostas;

7.9.9 – Certidão da Fazenda Municipal, em vigor na data da abertura das propostas.

7.9.10 – Atestado/Declaração que comprove aptidão para o fornecimento pertinente e compatível com o objeto do pregão, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

7.9.11 – **Indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico** adequados e disponíveis para a realização do objeto deste certame.

7.9.12 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

7.9.13 – Em caso de ser a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte e quiser utilizar-se dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06, regulamentada pelo Decreto nº 6.204/07, **Declaração**, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, conforme o ANEXO V do presente Edital.

Obs.: Os documentos que não possuírem prazo de validade somente serão aceitos com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data prevista para a apresentação das propostas.

8. DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

8.1 – A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

8.2 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios

diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 8.3 – A proponente deverá anexar a **PROPOSTA COMERCIAL** em formulário eletrônico específico.
- 8.4 – O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas no edital.
- 8.5 – A partir das **10 horas do dia 02 de agosto de 2012**, poderão ser encaminhadas as propostas de preços com valor total e unitário, exclusivamente por meio eletrônico.
- 8.6 – Manifestação em campo próprio do sistema eletrônico de que tem pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.
- 8.7 – Informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.pregaoonlinebanrisul.com.br.
- 8.8 – A **PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS** deverá conter todos os elementos a seguir relacionados, para o item ofertado, devendo a mesma ser elaborada de forma clara, concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, constando na mesma a identificação da proponente, a assinatura de seu responsável legal e, no mínimo, as seguintes informações:
- Os preços propostos, expressos em Real (R\$), em algarismo e por extenso, unitário e total. Deverá ser indicado o valor mensal da contratação;
 - Prazo para implantação dos serviços é de 15 dias após assinatura do contrato;
 - Declaração expressa de que o preço cotado inclui todos os custos e despesas inerentes ao fornecimento dos serviços no local definido neste Edital, tais como: taxas, fretes impostos, encargos sociais e trabalhistas, seguros, que possam influir direta ou indiretamente no custo do fornecimento, inclusive o ECAD.
 - Declaração que os serviços ofertados contemplam os requisitos do ANEXO I.
 - Identificação da empresa, com endereço, e-mail, telefone e nome do contato entre a licitante e o CRCRS.
- 8.9 – Não serão consideradas cotações opcionais, devendo a Licitante cotar somente o serviço descrito no ANEXO I do presente Edital.
- 8.10 – Não é permitido apresentar cotação para fornecimento do serviço em quantitativo inferior ao estabelecido no Edital, ou apenas parte do lote.**
- 8.11 – Os preços não sofrerão reajuste de qualquer natureza.
- 8.12 – Apenas para efeito de ordenamento de valores das propostas, ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.
- 8.13 – O preço inicial proposto será de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 8.14 – O prazo de validade das propostas apresentadas nesta licitação será, automaticamente, de 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para a abertura das propostas, o qual, se necessário, poderá ser prorrogado mediante concordância dos Licitantes.
- 8.15 – As Licitantes poderão incluir nas respectivas propostas informações adicionais, catálogos ou quaisquer outros elementos elucidativos sobre as mesmas.

9. DA SESSÃO DO PREGÃO

- 9.1 – A partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo edital.
- 9.2 – Somente poderá participar da rodada de lances a licitante que anteriormente tenha encaminhado proposta de preços.
- 9.3 – Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor. Em seguida, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 9.4 – O valor do percentual de oscilação entre os lances ofertados será prerrogativa do pregoeiro.
- 9.5 – Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 9.6 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.7 – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 9.8 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá o período de tempo de até 30(trinta) minutos, aleatoriamente, determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.9 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 9.10 – Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta deverá remeter via fax (51) 32549400, em até 3 (três) horas, os documentos citados no item 7 juntamente com o detalhamento de sua proposta. Posteriormente deverão ser encaminhados os originais (ou cópias autenticadas) dos documentos acima no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da sessão do pregão.**

- 9.11 – Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital. Também nesta etapa o pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido melhor preço.
- 9.12 – Constando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 9.13 – A proposta deverá estar assinada pelo licitante ou seu representante legal, redigida em português de forma clara, não ser manuscrita e nem conter rasuras ou entrelinhas e incluirá:
- Orçamento discriminado em preços unitários expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado, devidamente corrigidos após o encerramento dos lances;
 - Prazo mínimo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão do pregão; se na proposta não constar prazo de validade, subentende-se 60 (sessenta) dias;
 - Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro;
 - A proposta deverá considerar a entrega no local indicado.
- 9.14 – No caso de desconexão com pregoeiro, no decorrer da etapa competitivas do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.
- 9.15 – No caso de desconexão por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes.
- 9.16 – As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP deverão declarar na proposta eletrônica, em campo próprio, quando do envio da proposta inicial, que estão enquadradas nessa(s) categoria(s), sem prejuízo da Declaração de que trata o item 7.6.
- 9.17 – A declaração de enquadramento, supracitada, pode ser alterada pela própria empresa durante o prazo pré-definido para recebimento de propostas através de substituição de sua proposta inicial.
- 9.18 – A ausência dessa declaração no momento da proposta eletrônica significará a desistência da Microempresa – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, art. 44. e do Decreto nº 6.204/2007.
- 9.19 – Será assegurada como critério de desempate preferência de contratação para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, conforme a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 regulamentada pelo Decreto nº 6.204/2007, e que tenham declarado que se enquadram nessa categoria conforme item 9.17.

- 9.20 – Entende-se por empate quando as propostas apresentadas pelas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 9.21 – Não ocorrerá o empate se a proposta mais bem classificada já for de Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.
- 9.22– O sistema de Compras Eletrônicas informará às empresas que enquadrarem nos itens 9.16 e 9.19.
- 9.23 – Ocorrendo o empate, a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame. A proposta deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) minutos a partir da solicitação do pregoeiro, sob pena de preclusão.
- 9.24 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no item 9.20, será realizado sorteio eletrônico entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.25 – Não ocorrendo à contratação da Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme o item 9.23, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 9.20, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 9.26 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos itens 9.23 e 9.25, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, ou seja, da empresa que não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a melhor proposta.

10. DOS RECURSOS

- 10.1 – Dos atos relacionados com o pregão o recurso dependerá de manifestação do licitante ao final da sessão pública, dentro do prazo determinado pelo pregoeiro, em formulário eletrônico específico, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais relacionados à intenção manifestada no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a ser contados ao término daquele prazo.
- 10.2 – O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.3 – A falta de manifestação motivada e imediata importará a preclusão do direito de recurso.
- 10.4 – Não serão aceitos como recursos as alegações e memoriais que não se relacionem às razões indicadas pelo licitante na sessão pública.

- 10.5 – Os recursos e contra-razões de recursos, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e registrados no Protocolo Geral do CRCRS localizado na rua Baronesa do Gravataí, 471, em Porto Alegre/RS, de 2.^a a 6.^a feira, das 8h30min às 17h30min.
- 10.6 – O recurso somente terá eficácia se o Representante Legal da Recorrente tiver formalizado sua intenção de recorrer na audiência de abertura deste Pregão.
- 10.7 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.
- 10.8 – A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital não será conhecido.

11. DA ADJUDICAÇÃO

- 11.1 – Após a análise da documentação de habilitação recebida na sede do CRCRS, será efetuada a adjudicação do lote em questão.
- 11.2 – Em caso de não adjudicação constará a justificativa da mesma no Sistema de Compras On-line do Banrisul, além de citado na ata eletrônica.

12. DA ENTREGA

- 12.1 – Após a homologação da licitação, a(s) licitante(s) vencedora(s) será (ão) notificada(as) para assinatura do contrato (Anexo IV), no prazo de 2 (dois) dias úteis. A partir da assinatura do contrato correrá o prazo estipulado, para a execução dos serviços, conforme especificações constantes do ANEXO I, deste Edital. Não será recebido os serviços que estiver em desacordo com o especificado no ANEXO I.
- 12.2 – Os serviços objeto da presente licitação deverão ser realizados na sede do CRCRS, à rua Baronesa do Gravataí, 471 – Porto Alegre/RS.

13. DO PAGAMENTO

- 13.1 – O pagamento será efetuado mensalmente mediante nota fiscal, em até 10 (dez) dias úteis após a prestação dos serviços. No preço contratado deverão estar incluídos todos os custos da CONTRATADA, inclusive os pertinentes aos encargos sociais e trabalhistas, os fretes, os seguros, as taxas e/ou tarifas, os tributos de quaisquer natureza, Federal, Estadual e Municipal e, ainda, as demais despesas que direta e indiretamente incidem ou venham a incidir sobre o objeto contratado, inclusive o ECAD.
- 13.2 – Quando do pagamento dos materiais fornecidos serão efetuadas as devidas retenções de IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP, sendo que a licitante vencedora deverá destacar na

Nota Fiscal, as referidas retenções, de acordo com a legislação em vigor, em especial a Instrução Normativa da SRF nº 480, de 15-12-04.

14. DOS RECURSOS FINANCEIROS

14.1 – Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente licitação, correrão por conta do Elemento da Despesa, Serviços de Terceiros e Encargos.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 – As Licitantes estarão sujeitas às penalidades administrativas consignadas na Lei nº 8.666/93.

15.2 – Em caso de atraso na entrega dos materiais ou na hipótese de não-aceitação dos mesmos, poderá o CRCRS, a seu exclusivo critério, aplicar à CONTRATADA multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) calculada sobre o preço total deste contrato, por dia de atraso ocorrido, até o limite máximo de 20% (vinte por cento). Na hipótese de o atraso persistir por mais de 30 (trinta) dias, poderá o CRCRS, a seu critério, considerar rescindido o contrato, sem prejuízo da multa e de ressarcimento por eventuais perdas e danos verificados.

15.3 – Sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores, o Pregoeiro poderá desqualificar a Licitante ou desclassificar a proposta comercial, bem assim o CRCRS rescindir o Contrato, sem que isto gere direitos indenizatórios ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica, jurídica ou de produção da Licitante.

15.4 – O Pregoeiro poderá reconsiderar a punição aplicada, ou fazer subir o recurso à autoridade competente, devidamente informado, que decidirá pelo seu provimento ou não.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – Todos os eventos ocorridos durante a sessão pública de disputa serão registrados e publicados, em ata eletrônica, imediatamente após o término da disputa, tornando-se disponível ao acesso por qualquer cidadão.

16.1.1 – A ata poderá ser acessada pela pesquisa de licitações disponibilizada para o público em geral no Portal de Compras como também pela pesquisa na área de acesso restrito, ambas publicam o mesmo conteúdo.

16.1.2 – Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação.

16.2 – A Licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS e da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO submete a Licitante à aceitação incondicional de seus termos, bem como representa o conhecimento integral do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

16.2.1 – No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

- 16.3 – O CRCRS reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da PROPOSTA DE PREÇOS.
- 16.4 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à Licitante a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da PROPOSTA DE PREÇOS ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.
- 16.5 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da audiência pública do PREGÃO. As normas que disciplinam este PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 16.6 – Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus Anexos, poderão ser solicitados por qualquer pessoa até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. Os esclarecimentos deverão ser feitos, por meio de correspondência dirigida ao Pregoeiro desta Instituição, localizado na rua Baronesa do Gravataí, 471, 3º andar – Porto Alegre/RS, no horário das 8h30min às 12h e das 13h às 17h30, de 2ª a 6ª feira. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no CRCRS e nos sites: www.crcrs.org.br e www.pregaoonlinebanrisul.com.br, ficando os licitantes obrigados à acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.
- 16.7 – Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 16.8 – A(s) adjudicada(s) ficará(ão) obrigada(s) a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do CRCRS, respeitando-se os limites previstos em Lei.
- 16.9 – A(s) licitante(s) adjudicada(s) fica(m) obrigada(s) a reparar ou substituir, conforme o caso, os produtos que apresentarem defeitos de fabricação ou que não funcionem adequadamente, no prazo de 72 (setenta e duas horas), a contar da comunicação do CRCRS.
- 16.10 – Para efeitos deste edital, serão desclassificadas as propostas que:
- Apresentarem irregularidades ou vícios que dificultem ou impossibilitem o seu entendimento;
 - Não atenderem às disposições do edital ou consignarem vantagens ou condições nele não previstas;
 - Forem manifestamente inexecutáveis.
- 16.11 – Fica eleito o foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Porto Alegre, para dirimir eventuais litígios oriundos da presente licitação, com renúncia de qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

16.12 – O CRCRS reserva-se o direito de aceitar total ou parcialmente quaisquer propostas, ou a todas rejeitar sem que caiba a proponente qualquer direito a indenização ou ressarcimento.

16.13 – Da mesma forma, o CRCRS reserva-se o direito de contratar total ou parcialmente os itens solicitados, sem que caiba a proponente qualquer direito a indenização ou ressarcimento.

17. ANEXOS

Fazem parte integrante do presente Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I: Descrição do serviço solicitado.

ANEXO II: Declaração de IDONEIDADE.

ANEXO III: Declaração que cumpre o inciso XXXIII do art. 7º da C.F.

ANEXO IV: Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

ANEXO V: Minuta do Contrato.

Porto Alegre, 31 de julho de 2012.

MARCIO TOMM CISCO,
Pregoeiro.

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO CRCRS 12/2012**ANEXO I****LOTE 01**

Implantação e manutenção de Rádio Web voltada para o público do Portal CRCRS. O produto tem o seguinte perfil:

Rádio On-line: Ao clicar no link o usuário passa a ouvir uma rádio com perfil de Música e Informação enquanto navega pelo site. A programação tem perfil musical definido pelo CRCRS, onde deverá ser fornecido área administrativa que permita a montagem da grade de programação musical e informativa (avisos e outros).

Implantação e manutenção de TV Web voltada para o público do Portal CRCRS com o seguinte perfil:

TV On-line: Ao clicar no link o usuário passa a assistir a programação Editada para internet do programa produzido para a TV pelo CRCRS com entradas ao vivo em determinados dias e horários, onde deverá ser fornecido área administrativa que permita a montagem da grade de programação.

Características Técnicas

- a) Customizar Ferramenta de execução dos vídeos «Player» com Layout apresentado pelo cliente;
- b) Viabilizar estrutura e tecnologia de servidores streaming que permita conexão entre servidor e um ponto de transmissão do sistema com a programação a ser difundida;
- c) Disponibilizar banda garantida de acesso aos canais mínima de 1TB para transmissão da programação com qualidade mínima de 800 kbps para *Streaming* vídeo e 64 kbps para áudio;
- d) A empresa prestadora dos serviços deverá possuir estrutura própria de servidores de streaming no Brasil com redundância fora do país, em outro local físico. Deverá apresentar documentos que comprovem essa estrutura ;
- d) Dar suporte técnico sobre players e servidores e o serviço contratado como um todo, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, para dúvidas;
- e) Passar todas as informações para que todos os envolvidos no processo possam atender todas as demandas para produção de reportagens e transmissão ao vivo, tanto em áudio como em video streaming;
- f) Suportar streaming nos seguintes protocolos: RTMP, RTMPE, Smooth Streaming, RTSP e Flash San Jose HTTP;

g) Integração de sistemas via Webservices SOAP.

Características Operacionais

1 - Disponibilizar sistema único de administração e gerenciamento da programação dos canais de rádio e TV com as seguintes características:

- a) Sistema administrativo 100% web (Acesso de qualquer computador ligado á internet).
- b) Permitir a criação de inúmeros canais de Web Rádio e Web TV, tanto para acesso público, quanto para acesso de uso restrito com autenticação do usuário.
- c) Transferência de arquivos para servidor com segurança SSH e upload via web.
- d) Acesso controlado por usuário com login e senha.
- e) Administração da programação musical da rádio, inserir músicas e blocos musicais por horário na grade de programação.
- f) Cadastrar conteúdos como institucionais, musicais e álbuns.
- g) Suporte para integração com comercio eletrônico de músicas e conteúdos dos canais.
- h) O sistema deverá dispor de área de administração e gerenciamento de conteúdos institucionais (Vinhetas, boletins e campanhas comerciais) por horário, na grade da programação.
- i) Controle de log diário de acesso aos canais, vídeos e músicas.
- j) Possibilidade e suporte completo para entradas ao vivo, tanto na rádio como na TV automaticamente, via programação no sistema administrativo.
- k) Possibilidade de ordenação de programações por dia da semana.
- l) Possibilidade de integração com redes sociais.
- m) Suportar múltiplos formatos de vídeo automaticamente, para possibilitar que qualquer tecnologia ou dispositivo tenha acesso ao conteúdo

Recursos Técnicos de Ferramenta Player

Ferramenta 100% web compatível, suporte para todos os Browsers de mercado.

- a) Suporte a XML, RSS, AJAX.
- b) Botões de controle de execução – Play, Pause Stop, Next.
- c) Passagem automática de transmissão gravada (on-demand) para ao vivo (Live).
- d) Compatível com iOS, Android, Windows 8 e RIM (BlackBerry).
- e) Compatível com HTML5 e Flash.

Dispositivos Móveis: O projeto deverá estar 100% integrado com Smartphones e Tablets através de aplicativos exclusivamente personalizados conforme solicitação da equipe de TI e Multimídia do CRCRS.

OBS.: O objeto do presente edital será executado na sede do CRCRS, localizada Rua Baronesa do Gravataí, nº 471, nesta Capital, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, sem qualquer ônus adicional ao CRCRS.

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo CRCRS que fará registrar em relatório eventuais deficiências, encaminhando cópias à CONTRATADA para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

**Deverá ser indicado na proposta o valor mensal da contratação.
Será considerada vencedora a empresa que ofertar o menor preço mensal para a prestação dos serviços.**

Serviço adicional de transmissão ao vivo

Tabela para cálculo de transmissão ao vivo (Custo por Dia)

Horas	Acessos simultâneos	Valores
Primeira Hora	500 Acessos	
Segunda Hora	500 Acessos	
Hora Adicional	500 Acessos	

Na proposta também deverá ser indicado os valores para a transmissão ao vivo, caso o CRCRS venha a se utilizar deste serviço.

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO CRCRS 12/2012**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente) _____, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONETE da Licitação instaurada pelo CRCRS, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12-2012, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Porto Alegre, _____, de _____ 2012.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL CIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO CRCRS 12/2012**ANEXO III****DECLARAÇÃO QUE CUMPRE O INCISO XXXIII do art. 7º da CF.**

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____, (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente) _____, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONETE da Licitação instaurada pelo CRCRS, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12-2012, que não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Porto Alegre, _____, de _____ 2012.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL CIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO CRCRS 12/2012**ANEXO IV****MINUTA DO CONTRATO**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL**, entidade de fiscalização do exercício da profissão de contabilista, com sede nesta Capital, na Rua Baronesa do Gravataí nº 471, inscrito no CNPJ sob o nº 92.698.471/0001-33, neste ato representado por seu Conselheiro Presidente, Contador Zulmir Breda, doravante denominado **CRCRS**, e _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, estabelecida nesta Capital, na Rua _____, neste ato representada por _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, doravante designada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato que decorre e tem seu fundamento no processo administrativo CRCRS nº 81-12 e se rege pelo disposto na Lei 8.666/93, na Resolução CFC nº 1.033/05, no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº 12-2012, na proposta e demais elementos constantes no referido processo de licitação, os quais consideram-se parte integrante do presente contrato, bem como, nas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente contrato tem por objeto o fornecimento pela **CONTRATADA** ao **CRCRS**, de tecnologia para transmissão de áudio e vídeo através da Internet, destinada à implantação de Rádio e TV, de acordo com o previsto no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº 12-2012, nos termos da proposta e demais elementos constantes no processo de licitação CRCRS nº 81-12, e em conformidade com as seguintes especificações:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO, DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA:

2. O objeto do presente contrato, em conformidade com as especificações contidas na cláusula anterior, será executado na sede do **CRCRS**, localizada Rua Baronesa do Gravataí, nº 471, nesta Capital, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, sem qualquer ônus adicional ao **CRCRS**.

Parágrafo único. A execução do objeto contratual será acompanhada e fiscalizada pelo **CRCRS** que fará registrar em relatório eventuais deficiências, encaminhando cópias à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3. O valor mensal do presente ajuste é de R\$, correspondente ao preço a ser pago pelo **CRCRS** à **CONTRATADA** conforme proposta apresentada por esta aceita pelo **CRCRS** como justa e suficiente para integral execução do objeto, nesse valor estando inclusas todas as despesas inerentes a salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais e equipamentos, inclusive recolhimento de taxas pertinentes a direitos autorais junto ao ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição).

Parágrafo primeiro. O preço cotado não sofrerá qualquer reajuste no período contratado.

Parágrafo segundo. Caso ocorra prorrogação do prazo contratual, o valor do presente contrato poderá ser reajustado anualmente, ou outra periodicidade que a lei determinar, a contar da data da apresentação da proposta, segundo a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4. O pagamento será efetuado mensalmente mediante entrega da respectiva nota fiscal expedida pelo estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação (CONTRATADA), bem como a comprovação do recolhimento de taxas pertinentes a direitos autorais junto ao ECAD, em até 10 (dez) dias úteis após a prestação dos serviços que são objeto do presente contrato, efetuando-se as devidas retenções de IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

Parágrafo primeiro. Cabe à CONTRATADA destacar na nota fiscal as referidas retenções, em conformidade com a legislação em vigor, em especial a instrução normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15.12.2004.

Parágrafo segundo. Recaindo em dia no qual não haja expediente bancário, o vencimento considera-se automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo terceiro. Os pagamentos não efetuados na data apazada serão atualizados desde então até a data do efetivo pagamento pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ou outro que venha a sucedê-lo.

Parágrafo quarto. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo de pagamento constante o item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5. Os recursos financeiros para pagamento do objeto do presente contrato, correrão por conta do Elemento da Despesa Serviços de Terceiros e Encargos.

CLAÚSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CRCRS:

6. O CRCRS tem o direito de receber o objeto do presente contrato nas condições avençadas, possuindo, de outro lado, as seguintes obrigações:

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7. A CONTRATADA tem o direito de receber o valor ajustado na forma e prazo convencionados, possuindo as seguintes obrigações, além de outras especificadas neste contrato:

- a) executar o objeto do presente contrato em conformidade com as especificações contidas no edital de licitação pregão eletrônico CRCRS nº 12/2012;
- b) responsabilizar-se pela exatidão da execução, obrigando-se a reparar, exclusivamente e às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades ocorridas;

- c) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar durante a execução do contrato, sempre que solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais, sociais e trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato;
- f) manter atualizado o endereço para comunicações cadastrado junto ao CRCRS, informando imediatamente eventual alteração;
- g) executar pessoalmente o fornecimento que é objeto do presente contrato em todas as suas etapas, salvo autorização expressa em contrário;
- h) outras que forem exigidas para o fiel cumprimento do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8. Ressalvados as situações de caso fortuito e de força maior regularmente alegados e provados, A CONTRATADA sujeita-se às seguintes penalidades:

8.1) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades para as quais haja concorrido, que não caracterizem descumprimento de cláusula contratual;

8.2) multas:

a) calculadas sobre o valor total atualizado do contrato:

a.1) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto contratual, inclusive em caso de não aceitação do mesmo pelo CRCRS, até o limite máximo de 20% (vinte por cento), facultada ao CRCRS a extinção do contrato caso o atraso persista por prazo superior a 30 dias, sem prejuízo da aplicação da multa e ressarcimento das perdas e danos.

a.2) 10% pela execução irregular, bem como, pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente que não importe inexecução do objeto do contrato;

a.3) 20% em caso de inexecução do objeto do contrato.

b) em caso de cumprimento parcial do contrato, com execução apenas parte do objeto contratado, multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor da parcela não adimplida do objeto contratual;

8.3) suspensão do direito de licitar e contratar com o CRCRS, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

8.4) declaração, pelo Presidente do CRCRS, da inidoneidade da CONTRATADA para licitar ou contratar com o CRCRS.

Parágrafo primeiro. A aplicação de uma das penalidades previstas nesta Cláusula não elide a aplicação das demais, podendo haver aplicação concomitante.

Parágrafo segundo. A aplicação de penalidade não será efetuada sem notificação prévia da CONTRATADA, encaminhada ao endereço constante no preâmbulo do presente

instrumento na falta de informação de alteração do mesmo, cabendo à CONTRATADA mantê-lo atualizado.

Parágrafo terceiro. O valor da(s) multa(s) será descontado de eventuais pagamentos devidos à CONTRATADA, ou, cobrado diretamente, caso inexistam valores a serem pagos ou o valor da multa seja superior a estes.

Parágrafo quarto. Em cada caso de reincidência, as multas poderão ser majoradas até o limite de 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao CRCRS e da possibilidade da rescisão contratual.

Parágrafo quinto. A penalidade prevista no item 8.3 poderá ser aplicada à CONTRATADA que demonstrar conduta evitada de má-fé, ou, de qualquer forma incompatível com a seriedade do procedimento, como tais consideradas o retardamento injustificado do cumprimento do objeto do presente contrato, a recusa injustificada de assinatura do presente contrato, a não manutenção da proposta de modo injustificado, a perda das condições de habilitação não informada imediatamente ao CRCRS, o cometimento de fraudes e o comportamento inidôneo.

Parágrafo sexto. A penalidade prevista no item 8.4 será aplicável à CONTRATADA em caso de reiteração de condutas previstas no parágrafo anterior, ainda que não tenha sido aplicada a penalidade prevista no item 8.3, bem como, no de comprovado envolvimento em ilícitos penais ou fiscais.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9. O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

- a) por ato unilateral e escrito do CRCRS nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
- b) por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para o CRCRS.
- c) judicialmente, nos termos legais.

Parágrafo primeiro. Independentemente da aplicação das penalidades previstas no presente contrato, nos casos de rescisão em virtude de inadimplemento contratual, a parte inadimplente ressarcirá à outra por todos os prejuízos decorrentes da rescisão.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA reconhece os direitos do CRCRS em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10. O presente contrato tem vigência de doze meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, a critério do CRCRS, até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO FORO

11. Fica eleita a Justiça Federal, Subseção Judiciária de Porto Alegre, como foro para dirimir eventuais litígios oriundos do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

12. O Presente contrato está vinculado ao Edital Pregão Eletrônico nº 12/2012, bem como à proposta da CONTRATADA (processo nº 81-12).

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente efetuadas se enviadas por carta com aviso de recebimento, telegrama ou fac-símile, aos endereços indicados no preâmbulo deste instrumento, na falta de outro expressamente informado pela CONTRATADA.
- 13.2. A tolerância das partes relativamente a infrações às disposições constantes do presente instrumento, não exime o infrator de cumprir com todas as obrigações assumidas, podendo ser-lhe exigida, a qualquer tempo, o cumprimento integral.
- 13.3. É vedada a subcontratação, salvo com anuência expressa do CRCRS e desde que a subcontratada comprove preencher todos os requisitos exigidos no instrumento convocatório do Pregão Eletrônico nº 12-2012.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo arroladas, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Porto Alegre, ____ de _____ 2012.

Contador ZULMIR BREDA
Presidente do CRCRS

Contratada

Testemunhas:
